

O
GUARANI

(ilustrado
e
comentado)

O Guarani, ilustrado e comentado por Escriba de Cristo

Dados Internacionais da Catalogação na
Publicação (CIP)

M543 Cristo, Escriba de, 1999 – O Guarani

(Ilustrado e comentado)

São Vicente, Amazon.com

Clubedesautores.com.br, 2019 512 p. ; 21 cm

ISBN- 9781686234378 Edição 1º

1. O Guarani 2. José de Alencar 3. Índio

4. Romance 5. Cecília 6. Peri

CDD B869.3

CDU 82-3

CENTRO DE EVANGELISMO UNIVERSAL
-CGC 66.504.093/0001-08

INTRODUÇÃO

Preparem-se para uma viagem no tempo, para um lugar pitoresco nas entranhas do Brasil do século XVII, o romance é uma aventura humana na Terra, onde um pequeno grupo de pessoas nos garante uma novela com certeza, principalmente quando pessoas com caracteres diferentes se encontram. Uma história de choque de culturas, choque de religiosidade, só posso dizer que José de Alencar foi brilhante ao escrever este livro, não é por acaso que se tornou um dos grandes clássicos da literatura brasileira. Todo brasileiro tem a obrigação intelectual de ler este livro para se aprofundar no entendimento das nossas raízes nacionais.

Tempo:

Ocorre em 1604, durante o período em que Portugal perde a independência política e forma a União Ibérica com a Espanha

Espaço:

Estado da Paraíba, às margens do Rio Paquequer, afluente do rio Paraíba.

Verossimilhança:

O contraste de ideias, onde Peri torna-se cristão para proteger Ceci, abandona a floresta e volta-se contra seu povo, Isabel que prefere permanecer com os brancos e os Aimorés que são antropófagos, vingativos e que devem ser mortos, característica essa do esquecimento da identidade indígena na literatura.

Foco Narrativo:

É narrado em 3º pessoa, narrador onisciente.

Temática:

O “bom selvagem”: representação da índole do homem brasileiro num momento em que o país-- precisa afirmar-se como nação.

Os valores do romantismo português adaptados à realidade brasileira.

Idealização da natureza.

Característica da escola literária:

Nacionalismo: culto e exaltação da natureza.

Idealização do herói.

A luta bem x mal..

O sentimento religioso.

Exaltação de sentimentos como lealdade, bravura, nobreza, etc. (2)

SÍNTESE DO LIVRO

Rebeca Fuks, Doutora em Estudos da Cultura, sintetiza esta obra com a seguinte descrição:

Personagens principais

Peri

Índio da tribo dos Goitacás. Nutre profundo amor por Ceci, moça que protege e acompanha. É o herói da história.

Ceci (Cecília)

É a heroína da história. Meiga, doce e delicada, é uma típica representante do romantismo. Cecília é filha do casal D.Antônio de Mariz e D.Lauriana.

D.Antônio de Mariz

Pai de Cecília, D.Diogo e Isabel. Fidalgo português que se estabelece com a família em uma fazenda as margens do rio Paquequer, interior do Estado do Rio de Janeiro.



José de Alencar, autor de O Guarani.

D.Lauriana

Mãe de Cecília e D.Diogo, esposa de D.Antônio de Mariz.

D.Diogo

Irmão de Cecília e meio irmão de Isabel, D.Diogo é filho do casal D.Antônio e D.Lauriana.

Isabel

Filha bastarda de D.Antônio com uma índia, Isabel é uma morena sensual que vive com a família Mariz. É apaixonada por Álvaro de Sá.

Álvaro de Sá

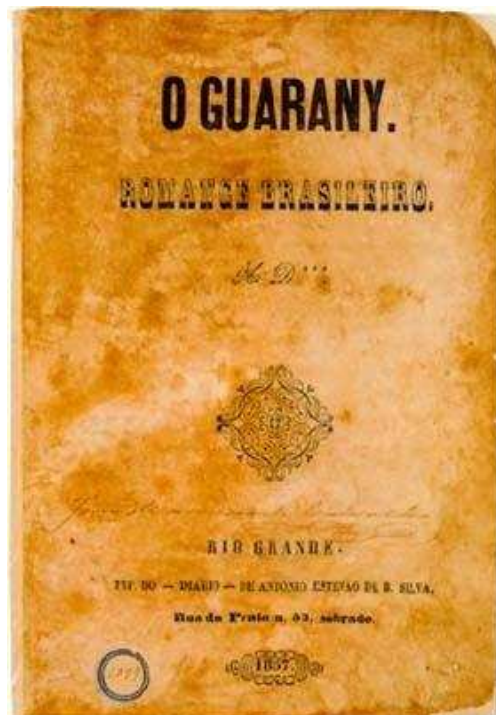
Amigo de longa data da família Mariz, Álvaro de Sá nutre uma paixão não correspondida por Cecília. A meia irmã de Ceci, Isabel, por sua vez, é apaixonada por Álvaro de Sá.

Loredano

Empregado da fazenda de D.Antônio de Mariz, Loredano é um vilão por excelência. Planeja usurpar o patrimônio do patrão e raptar Ceci.

Capa da primeira edição de *O Guarani*

O romance foi publicado pela primeira vez em 1857 e é considerado uma das principais obras da primeira fase do modernismo no Brasil. Segue abaixo a capa da primeira edição do livro:



Capa da primeira edição de *O Guarani*.

Contexto histórico

O romance *O Guarani* fazia parte do projeto ideológico e estético de José de Alencar. O livro é considerado indianista e pertence ao Romantismo.

Publicado inicialmente no formato de folhetim, isso é, com a divulgação de um capítulo por semana no Diário do Rio

de Janeiro, o romance foi reunido pela primeira vez em formato de livro em 1857.

O desejo do autor era valorizar o que é nosso, tipicamente brasileiro, voltando o olhar para a nossa origem, para a relação colonizado e colonizador (representados no romance pela relação de Peri e Ceci). Nesse sentido, José de Alencar optou por transformar o índio em uma espécie de herói aos moldes medievais (valente, corajoso, idealizado).

Sobre o autor

José Martiniano de Alencar nasceu no dia 1 de maio de 1829, em Fortaleza, e faleceu aos quarenta e oito anos, com tuberculose, no dia 12 de dezembro de 1877, no Rio de Janeiro.

Aos onze anos foi viver com a família no Rio de Janeiro porque o pai, que era senador, possuía ambições políticas.

José de Alencar formou-se em direito e atuou como político pertencendo ao Partido Conservador. Foi eleito deputado geral pelo Ceará, além de ter sido Ministro da Justiça entre os anos de 1869 e 1870.

Atuou também como jornalista tendo escrito para diversos veículos de comunicação, entre eles o Correio Mercantil e o Jornal do Comércio. Em 1855, foi redator chefe do Diário do Rio de Janeiro.

Além de político e jornalista, José de Alencar teve uma vida intelectual profundamente ativa tendo atuado como orador, crítico teatral e escritor.

PRÓLOGO

Minha prima. — Gostou da minha história, e pede-me um romance; acha que posso fazer alguma coisa neste ramo de literatura.

Engana-se; quando se conta aquilo que nos impressionou profundamente, o coração é que fala; quando se exprime aquilo que outros sentiram ou podem sentir, fala a memória ou a imaginação.

Esta pode errar, pode exagerar-se; o coração é sempre verdadeiro, não diz senão o que sentiu; e o sentimento, qualquer que ele seja, tem a sua beleza.

Assim, não me julgo habilitado a escrever um romance, apesar de já ter feito um com a minha vida.

Entretanto, para satisfazê-la, quero aproveitar as minhas horas de trabalho em copiar e remoçar um velho

manuscrito que encontrei em um armário desta casa, quando a comprei.

Estava abandonado e quase todo estragado pela umidade e pelo cupim, esse roedor eterno, que antes do dilúvio já se havia agarrado à arca de Noé, e pôde assim escapar ao cataclisma.

Previno-lhe que encontrará cenas que não são comuns atualmente, não as condene à primeira leitura, antes de ver as outras que as explicam.

Envio-lhe a primeira parte do meu manuscrito, que eu e Carlota temos decifrado nos longos serões das nossas noites de inverno, em que escurece aqui às cinco horas.

Adeus.

Minas, 12 de dezembro.

AO LEITOR

Publicado este livro em 1857, se disse ser aquela primeira edição uma prova tipográfica, que algum dia talvez o autor se dispusesse a rever.

Esta nova edição devia dar satisfação do empenho, que a extrema benevolência do público leitor, tão minguado ainda, mudou em bem para dívida de reconhecimento.

Mais do que podia fiou de si o autor. Relendo a obra depois de anos, achou ele tão mau e incorreto quanto escrevera, que para bem corrigir, fora mister escrever de novo. Para tanto lhe carece o tempo e sobra o tédio de um labor ingrato.

Cingiu-se pois às pequenas emendas que toleravam o plano da obra e o desalinho de um estilo não castigado.

PRIMEIRA PARTE OS AVENTUREIROS

I CENÁRIO

De um dos cabeços da Serra dos Órgãos desliza um fio de água que se dirige para o norte, e engrossado com os mananciais que recebe no seu curso de dez léguas, torna-se rio caudal.

É o Paquequer: saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espreguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito.

Dir-se-ia que, vassalo e tributário desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do suserano. Perde então a beleza selvática; suas ondas são calmas e serenas como as de um lago, e não se revoltam contra os barcos e as canoas que resvalam sobre elas: escravo submisso, sofre o látego do senhor.

Não é neste lugar que ele deve ser visto; sim três ou quatro léguas acima de sua foz, onde é livre ainda, como o filho indômito desta pátria da liberdade.

Aí, o Paquequer lança-se rápido sobre o seu leito, e atravessa as florestas como o tapir, espumando, deixando o pêlo esparso pelas pontas do rochedo, e enchendo a solidão com o estampido de sua carreira. De repente, falta-lhe o espaço, foge-lhe a terra; o soberbo rio

recua um momento para concentrar as suas forças, e precipita-se de um só arremesso, como o tigre sobre a presa.



Rio Paquequer

Depois, fatigado do esforço supremo, se estende sobre a terra, e adormece numa linda bacia que a natureza formou, e onde o recebe como em um leito de noiva, sob as cortinas de trepadeiras e flores agrestes.

A vegetação nessas paragens ostentava outrora todo o seu luxo e vigor; florestas virgens se estendiam ao longo das margens do rio, que corria no meio das arcarias de verdura e dos capitéis formados pelos leques das palmeiras.

Tudo era grande e pomposo no cenário que a natureza, sublime artista, tinha decorado para os dramas majestosos dos elementos, em que o homem é apenas um simples comparsa.

No ano da graça de 1604, o lugar que acabamos de descrever estava deserto e inculto; a cidade do Rio de Janeiro tinha-se fundado havia menos de meio século, e a civilização não tivera tempo de penetrar o interior.

Entretanto, via-se à margem direita do rio uma casa larga e espaçosa, construída sobre uma eminência, e protegida de todos os lados por uma muralha de rocha cortada a pique.

A esplanada, sobre que estava assentado o edifício, formava um semi-círculo irregular que teria quando muito cinqüenta braças quadradas; do lado do norte havia uma espécie de escada de lajedo feita metade pela natureza e metade pela arte.

Descendo dois ou três dos largos degraus de pedra da escada, encontrava-se uma ponte de madeira solidamente construída sobre uma fenda larga e profunda que se abria na rocha. Continuando a descer, chegava-se à beira do rio, que se curvava em seio gracioso, sombreado pelas grandes gameleiras e angelins que cresciam ao longo das margens.

Aí, ainda a indústria do homem tinha aproveitado habilmente a natureza para criar meios de segurança e defesa.

De um e outro lado da escada seguiam dois renques de árvores, que, alargando gradualmente, iam fechar como dois braços o seio do rio; entre o tronco dessas árvores, uma alta cerca de espinheiros tornava aquele pequeno vale impenetrável.

A casa era edificada com a arquitetura simples e grosseira, que ainda apresentam as nossas primitivas

habitações; tinha cinco janelas de frente, baixas, largas, quase quadradas.

Do lado direito estava a porta principal do edifício, que dava sobre um pátio cercado por uma estacada, coberta de melões agrestes. Do lado esquerdo estendia-se até à borda da esplanada uma asa do edifício, que abria duas janelas sobre o desfiladeiro da rocha.

No ângulo que esta asa fazia com o resto da casa, havia uma coisa que chamaremos jardim, e de fato era uma imitação graciosa de toda a natureza rica, vigorosa e esplêndida, que a vista abraçava do alto do rochedo.

Flores agrestes das nossas matas, pequenas árvores copadas, um estendal de relvas, um fio de água, fingindo um rio e formando uma pequena cascata, tudo isto a mão do homem tinha criado no pequeno espaço com uma arte e graça admirável.

À primeira vista, olhando esse rochedo da altura de duas braças, donde se precipitava um arroio da largura de um copo de água, e o monte de grama, que tinha quando muito o tamanho de um divã, parecia que a natureza se havia feito menina e se esmerara criar por capricho uma miniatura.

O fundo da casa, inteiramente separado do resto da habitação por uma cerca, era tomado por dois grandes armazéns ou senzalas, que serviam de morada a aventureiros e acostados.

Finalmente, na extrema do pequeno jardim, à beira do precipício, via-se uma cabana de sapé, cujos esteios eram duas palmeiras que haviam nascido entre as fendas das pedras. As abas do teto desciam até o chão;

um ligeiro sulco privava as águas da chuva de entrar nesta habitação selvagem.

Agora que temos descrito o aspecto da localidade, onde se deve passar a maior parte dos acontecimentos desta história, podemos abrir a pesada porta de jacarandá, que serve de entrada, e penetrar no interior do edifício.

A sala principal, o que chamamos ordinariamente sala da frente, respirava um certo luxo que parecia impossível existir nessa época em um deserto, como era então aquele sitio.

As paredes e o teto eram calados, mas cingidos por um largo florão de pintura a fresco; nos espaços das janelas pendiam dois retratos que representavam um fidalgo velho e uma dama também idosa.

Sobre a porta do centro desenhava-se um brasão de armas em campo de cinco vieiras de ouro, riscadas em cruz entre quatro rosas de prata sobre palas e faixas. No escudo, formado por uma brica de prata orlada de vermelho, via-se um elmo também de prata, paquife de ouro e de azul, e por timbre um meio leão de azul com uma vieira de ouro sobre a cabeça.

Um largo reposteiro de damasco vermelho, onde se reproduzia o mesmo brasão, ocultava esta porta, que raras vezes se abria, e dava para um oratório. Defronte, entre as duas janelas do meio, havia um pequeno dossel fechado por cortinas brancas com apanhados azuis.

Cadeiras de couro de alto espaldar, uma mesa de jacarandá de pés torneados, uma lâmpada de prata suspensa ao teto, constituíam a mobília da sala, que respirava um ar severo e triste.

Os aposentos interiores eram do mesmo gosto, menos as decorações heráldicas; na asa do edifício, porém, esse aspecto mudava de repente, e era substituído por um quer que seja de caprichoso e delicado que revelava a presença de uma mulher.

Com efeito, nada mais loução do que essa alcova, em que os brocatéis de seda se confundiam com as lindas penas de nossas aves, enlaçadas em grinaldas e festões pela orla do teto e pela cúpula do cortinado de um leito colocado sobre um tapete de peles de animais selvagens.



Tecido em brocatel.

A um canto, pendia da parede um crucifixo em alabastro, aos pés do qual havia um escabelo de madeira dourada.

Pouco distante, sobre uma cômoda, via-se uma dessas guitarras espanholas que os ciganos introduziram no Brasil quando expulsos de Portugal, e uma coleção de curiosidades minerais de cores mimosas e formas esquisitas.

Junto à janela, havia um traste que à primeira vista não se podia definir; era uma espécie de leito ou sofá de palha matizada de várias cores e entremeada de penas negras e escarlates.

Uma garça-real empalhada, prestes a desatar o vôo, segurava com o bico a cortina de tafetá azul que ela abria com a ponta de suas asas brancas e caindo sobre a porta, vendava esse ninho da inocência aos olhos profanos.

Tudo isto respirava um suave aroma de benjoim, que se tinha impregnado nos objetos com o seu perfume natural, ou como a atmosfera do paraíso que uma fada habitava.

II LEALDADE

A habitação que descrevemos, pertencia a D. Antônio de Mariz, fidalgo português de cota d'armas e um dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro.



Era dos cavalheiros que mais se haviam distinguido nas guerras da conquista, contra a invasão dos franceses e os ataques dos selvagens.

Em 1567 acompanhou Mem de Sá ao Rio de Janeiro, e depois da vitória alcançada pelos portugueses, auxiliou o governador nos trabalhos da fundação da cidade e consolidação do domínio de Portugal nessa capitania.

Fez parte em 1578 da célebre expedição do Dr. Antônio de Salema contra os franceses, que haviam estabelecido uma feitoria em Cabo Frio para fazerem o contrabando de pau-brasil.

Serviu por este mesmo tempo de provedor da real fazenda, e depois da alfândega do Rio de Janeiro; mostrou sempre nesses empregos o seu zelo pela república e a sua dedicação ao rei.

Homem de valor, experimentado na guerra, ativo, afeito a combater os índios, prestou grandes serviços nas descobertas e explorações do interior de Minas e Espírito Santo. Em recompensa do seu merecimento, o governador Mem de Sá lhe havia dado uma sesmaria de uma légua com fundo sobre o sertão, a qual depois de haver explorado, deixou por muito tempo devoluta.

A derrota de Alcácer-Quibir, e o domínio espanhol que se lhe seguiu, vieram modificar a vida de D. Antônio de Mariz.

Português de antiga têmpera, fidalgo leal, entendia que estava preso ao rei de Portugal pelo juramento da nobreza, e que só a ele devia preito e menagem. Quando pois, em 1582, foi aclamado no Brasil D. Felipe 11 como o sucessor da monarquia portuguesa,

o velho fidalgo embainhou a espada e retirou-se do serviço.

Por algum tempo esperou a projetada expedição de D. Pedro da Cunha, que pretendeu transportar ao Brasil a coroa portuguesa, colocada então sobre a cabeça do seu legítimo herdeiro, D. Antônio, prior do Crato.

Depois, vendo que esta expedição não se realizava, e que seu braço e sua coragem de nada valiam ao rei de Portugal, jurou que ao menos lhe guardaria fidelidade até a morte. Tomou os seus penates, o seu brasão, as suas armas, a sua família, e foi estabelecer-se naquela sesmaria que lhe concedera Mem de Sá. Aí, de pé sobre a eminência em que ia assentar o seu novo solar, D. Antônio de Mariz, erguendo o vulto direito, e lançando um olhar sobranceiro pelos vastos horizontes que abriam em torno, exclamou:



Penates são deuses domésticos dos romanos e etruscos.